

Oposição vai ao Supremo pela LDO

Telefoto de Sérgio Marques

BRASÍLIA — Os líderes da Oposição no Congresso entraram ontem com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal pedindo a suspensão da devolução ao Executivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), pelo Presidente do Congresso, Nelson Carneiro, para que o Presidente Fernando Collor a sancione, sem que tenha sido apreciada pelo Legislativo. Eles consideram a decisão de Nelson inconstitucional, já que o artigo 57 da Constituição impede que o Congresso entre em recesso sem votar a LDO.

O Presidente do STF, Ministro José Néri da Silveira, deverá decidir hoje ou amanhã se concede a liminar. Se conceder, o Congresso estará automaticamente convocado para votar a LDO. Mas o mérito do mandado só será julgado em agosto, devido ao recesso judiciário de julho.

— Acontece que o período legislativo não pode ser encerrado legalmente porque a LDO não foi votada e isso está escrito nas disposições permanentes do texto constitucional — afirmou o Deputado Miro Teixeira (PDT-RJ).

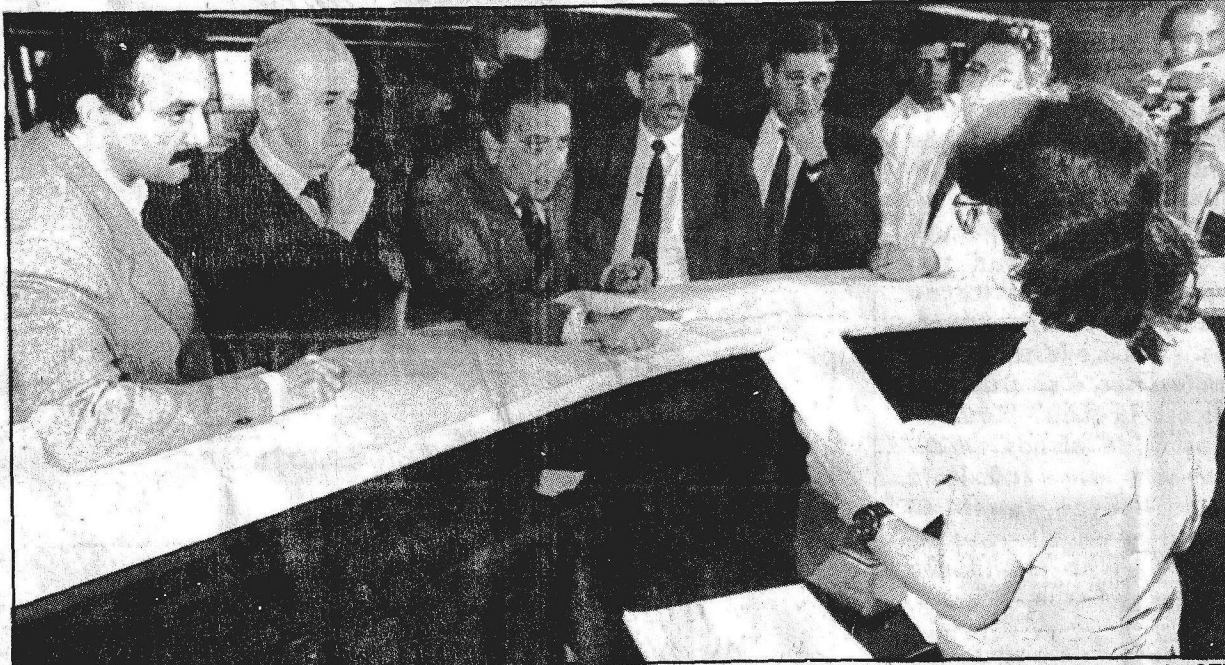
— Ele está contra aquilo que sempre defendeu. Na sessão, o Presidente nem sequer prestou atenção às nossas considerações. Ele trouxe um documento pronto, contrariando as regras democráticas — afirmou o Líder do PSDB, Euclides Scalco.

Scalco disse que a Oposição quer apenas impedir Nelson Carneiro de consumir sua decisão, tomada na sessão de encerramento do trabalhos legislativos no semestre, enviando a LDO para ser sancionada pelo Presidente Fernando Collor sem que o Congresso tenha opinado.

O Presidente do Congresso decidiu devolver a LDO para a sanção do Presidente Fernando Collor baseado num dispositivo das Disposições Transitórias da Constituição, que declara que o projeto da LDO será devolvido ao Executivo até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa, caso não seja votado pelo Congresso.

Segundo Scalco, a Constituição baniu a aprovação por decurso de prazo, um instrumento legislativo que vigorou durante o regime militar.

— Não é possível que o Presidente do Congresso queira ressuscitá-lo.



Líderes dos partidos oposicionistas entregam o mandado de segurança a uma funcionária do protocolo do STF